



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



Unidade Local de Saúde
Castelo Branco, EPE

ULS - Castelo Branco
Conselho de Administração
Documento nº 03
Acta nº 03



Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 31 de março de 2021

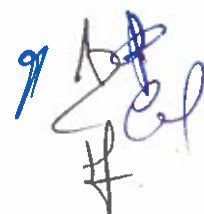
Sede: Av. Pedro Álvares Cabral, 6000-084 Castelo Branco *** Capital Estatutário: € 16.200.000 *** NIPC 509 309 844
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Castelo Branco, com o número 509309844

7

Cal

NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de março de 2021, visa dar cumprimento ao previsto na alínea c) do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base o Acordo Modificativo ao Contrato-Programa 2021.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução dos gastos da sua área, bem como sobre a execução do Contrato Programa, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
I – Execução Orçamental	5
II – Execução Económica face ao Contrato-Programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2020	7
A – Gastos e Perdas	7
B – Rendimentos e Ganhos	10
III – Recursos Humanos	10
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
Anexo I – Gastos e Perdas	16
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	17
Anexo III – Rendimentos e Ganhos	18
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	18



INTRODUÇÃO

O presente relatório visa dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB durante o período de 01 de janeiro a 31 de março de 2021, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência o Contrato-Programa.

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2020 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 7 do art.º 158.º do DL 84/2019, de 28 de junho), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

O ano de 2020 ficou marcado pelo agravamento da situação económico-financeira face ao ano anterior, com a dívida a chegar aos 27,1 M€ (24,6 M€ em 31/12/2019) e o PMP a fixar-se nos 146 dias (127 dias em 2019), embora tenham sido atribuídas diversas verbas adicionais: 2,7 M€ para cobertura de prejuízos (2,4 M€ em março e 323 mil euros em dezembro); 830 mil euros para aumentar a capacidade de resposta financeira com os encargos associados ao tratamento do Covid 19; 1 M€ de adiantamento ao Contrato-Programa para pagamento de dívidas em atraso, aliados à atribuição de uma dotação mensal adicional de 300 mil euros; foram ainda recebidos financiamentos no âmbito da medida 095 para pagamento do prémio de desempenho aos profissionais de saúde (346 mil euros), para aquisição de equipamento de Cuidados Intensivos (209 mil euros) e para o plano de Expansão da Capacidade Laboratorial (117 mil euros).

Para o corrente exercício, o duodécimo foi reforçado em apenas 120 mil euros mensais, pelo que será muito difícil conter o crescimento da dívida, nomeadamente devido às necessidades adicionais nos meses em que incidem os encargos com os subsídios de férias e de Natal, bem como os que resultam da pandemia e que, em 2020, originaram um encargo suplementar estimado em 4 M€.

Passando à análise aos resultados alcançados no período em análise, verificamos que o resultado líquido ascendeu a 2,95 M€ negativos, piorando ligeiramente face ao período homólogo (2,87 M€ negativos), situando-se o EBITDA nos 2,53 M€ negativos, tal como no ano anterior. Em termos orçamentais a cobrança foi inferior ao período homólogo em 11,57% (-2,47 M€) e a despesa paga diminuiu 9,71% (-2 M€), o que decorre do facto de termos recebido menos verbas do que no ano anterior (2,4 M€ para cobertura de prejuízos e mais 830 mil euros para aumentar a capacidade de resposta financeira com os encargos associados ao tratamento do Covid 19).

Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos estão acima do referencial trimestral (25%) chegando aos 27,46%, e ao nível dos rendimentos o desvio é de 0,45% abaixo do referencial, com menor execução do que o expectável ao nível do valor capitacional (-1,31%), nas taxas (-2.26%) e nas prestações de serviços de outras entidades responsáveis (-10,65%), entre outras.



Feitas estas considerações, passaremos a analisar a execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Orçamental

Período: janeiro a março 2021

um: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Varição relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Varição absoluta da DOTAÇÃO (2)/(1)	Dotação do Período (3)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/3)	COBRADO do exercício (5)	COBRADO de exercícios anteriores (6)	TOTAL COBRADO (7)	TAXA EXECUÇÃO relativa trimestral (7/3)
RECEITAS													
	Receitas Correntes		77 310 910	77 310 910	0,00%	0	19 327 728	18 930 252	97,94%	18 767 869	122 948	18 890 817	97,74%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	715 222	715 222	0,00%	0	178 806	55 099	30,82%	37 102	56 422	93 524	52,30%
06	Transferências correntes	413	1 974 785	1 974 785	0,00%	0	493 696	309 697	62,73%	309 697	0	309 697	62,73%
06	Transferências correntes	541	102 900	102 900	0,00%	0	25 725	8 462	32,89%	8 462	7 550	16 012	62,24%
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	348 492	348 492	0,00%	0	87 123	0	0,00%	0	0	0	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	362	91 188	91 188	0,00%	0	22 797	0	0,00%	0	0	0	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	73 524 027	73 524 027	0,00%	0	18 381 007	18 462 004	100,44%	18 381 007	0	18 381 007	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	418 599	418 599	0,00%	0	104 650	91 533	87,47%	28 694	58 527	87 221	83,35%
08	Outras receitas correntes	513	135 697	135 697	0,00%	0	33 924	3 457	10,19%	2 907	449	3 356	9,89%
	Receitas de Capital		701 100	701 100	0,00%	0	175 275	0	0,00%	0	0	0	0,00%
12	Passivos Financeiros	432	701 100	701 100	0,00%	0	175 275	0	0,00%	0	0	0	0,00%
12	Passivos Financeiros	721	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%
	Total Receitas		78 012 010	78 012 010	0,00%	0	19 503 003	18 930 252	97,06%	18 767 869	122 948	18 890 817	96,86%

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Varição relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Varição absoluta da DOTAÇÃO (2)/(1)	Dotação do Período (3)	COMPROM. ASSUMIDOS (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/3)	PAGO do exercício (5)	PAGO de exercícios anteriores (6)	TOTAL PAGO (7)	TAXA EXECUÇÃO relativa trimestral (7/3)
DESPESAS													
	Despesas Correntes		73 929 273	73 929 273	0,00%	0	17 191 900	53 574 675	311,63%	11 181 118	6 986 608	18 167 726	105,68%
01	Despesas com pessoal	511	49 804 835	49 804 835	0,00%	0	11 160 791	16 877 306	151,22%	10 257 329	1 827 546	12 084 875	108,28%
02	Aquisições de bens e serviços	511	23 344 663	23 344 663	0,00%	0	5 836 166	36 276 182	621,58%	814 063	5 130 225	5 944 288	101,85%
02	Aquisições de bens e serviços	513	520 474	520 474	0,00%	0	130 119	337 240	259,18%	81 598	2 650	84 248	64,75%
02	Aquisições de bens e serviços	541	102 900	102 900	0,00%	0	25 725	16 012	62,24%	16 012	0	16 012	62,24%
02	Aquisições de bens e serviços	721	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%
03	Juros e outros encargos	511	6 225	6 225	0,00%	0	1 556	4 052	260,37%	1 562	1 023	2 585	166,10%
03	Juros e outros encargos	513	6 344	6 344	0,00%	0	1 586	266	16,77%	266	0	266	16,77%
04	Transferências Correntes	511	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%
06	Outras despesas correntes	511	100 400	100 400	0,00%	0	25 100	41 691	166,10%	1 378	20 156	21 534	85,79%
06	Outras despesas correntes	513	43 432	43 432	0,00%	0	10 858	21 926	201,93%	8 910	5 008	13 918	128,18%
	Despesas de Capital		4 082 737	4 082 737	0,00%	0	1 020 684	2 789 430	273,29%	9 347	604 199	613 546	60,11%
07	Aquisição de bens de capital	361	348 492	348 492	0,00%	0	87 123	49 844	57,21%	0	0	0	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	362	91 188	91 188	0,00%	0	22 797	0	0,00%	0	0	0	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	413	1 974 785	1 974 785	0,00%	0	493 696	1 176 302	238,26%	9 226	295 123	304 349	61,65%
07	Aquisição de bens de capital	432	701 100	701 100	0,00%	0	175 275	1 031	0,59%	0	0	0	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	511	267 904	267 904	0,00%	0	66 976	1 239 086	1850,04%	0	223 528	223 528	333,74%
07	Aquisição de bens de capital	513	699 268	699 268	0,00%	0	174 817	323 167	184,86%	121	85 548	85 669	49,00%
07	Aquisição de bens de capital	721	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%
	Total Despesas		78 012 010	78 012 010	0,00%	0	18 212 585	56 364 105	309,48%	11 190 465	7 590 807	18 781 272	103,12%

- Da execução trimestral não resultaram aumentos em termos de dotação, e apenas foram efetuadas alterações no âmbito da gestão flexível no montante total de 3.029.454 euros, embora tal não se reflita no mapa resumo acima apresentado. Contudo, e fruto da necessidade de dar cobertura aos encargos transitados por pagar do ano anterior, as dotações revelam-se insuficientes na grande maioria das rubricas, tal como tinha sido alertado aquando da entrega da proposta de orçamento para 2021, pelo que as futuras alterações apenas se justificarão em função dos montantes que vierem efetivamente a ser pagos.
- Assim, ao nível da receita, a taxa de execução da cobrança do período foi de 96,86%. A FF 511 apresenta uma execução ao nível do orçamentado para este período, contudo, nas restantes, existem desvios significativos, nomeadamente na RCE 04 e nas FF relacionadas com projetos cofinanciados (FF 361 e 362 para remodelação do HAL e SAMA e FF 432 para POSEUR) que ficaram abaixo do expectável. Em termos de liquidações, a taxa de execução do período ficou ligeiramente acima da dos recebimentos (97,06%), não tendo existido qualquer reforço de verba contrariamente ao ocorrido no ano anterior (2,4 M€ para cobertura de prejuízos e 830 mil euros para gastos com a Covid).
- No que respeita à execução da despesa, a existência de encargos relacionados com o ano anterior origina a elevada taxa de execução do período (309,48%) no que se refere a compromissos assumidos, com esses encargos a representarem 50,7% da execução ocorrida. Pelo que as RCE mais penalizadas são as que apresentam pagamentos de anos anteriores, principalmente as aquisições de bens e serviços cujos encargos transitados correspondem a 84,4% do total registado por pagar neste período.
- Ao nível dos pagamentos a execução supera em 3,12% a dotação do período (+570 mil euros), pelo que tal situação já faz antever as dificuldades que já eram esperadas e que têm sido reportadas mensalmente à tutela nos relatórios de execução.
- Ao nível dos encargos com pessoal, de realçar que a dotação mensualizada não inclui os subsídios de férias e de Natal, e os respetivos encargos. Em termos de pagamentos, a execução supera o referencial trimestral em 924 mil euros.
- À semelhança da receita, também na despesa a execução é nula em termos de pagamentos e reduzida em termos de compromissos nas FF 361, 362 e 432.

Em termos homólogos, quadro infra, a execução diminuiu 11,32% nas liquidações (-2,4 M€), por não terem existido reforços significativos como no ano transato, conforme já referido na nota introdutória. Em relação à cobrança, a variação de -11,57% justifica-se pela menor dotação de verbas, como anteriormente mencionado. Quanto à despesa, o incremento nos compromissos de 16,01% (+7,8 M€) resulta do aumento



de encargos com pessoal (+4,5), bens e serviços (+2,4 M€) e investimento (+1,1 M€). Quanto a pagamentos, a diminuição de 9,71% (-2 M€) decorre da menor cobrança.

Descrição	2020	2021	u.m.: euro	
			variação	%
Receitas		0		
- Liquidações	21 345 894	18 930 252	-2 415 642	-11,32%
- Cobrança	21 361 761	18 890 817	-2 470 944	-11,57%
Despesas				
- Compromissos	48 585 242	56 364 105	7 778 863	16,01%
- Pagamentos	20 800 573	18 781 272	-2 019 301	-9,71%

II – Execução Económica face ao Contrato-Programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2020

A – Gastos e Perdas

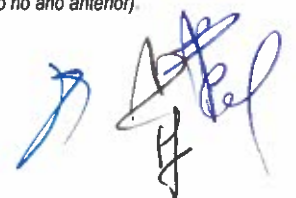
- Globalmente, a execução ficou acima (+9,83% / +1,98 M€) da dotação mensualizada para o período, existindo desvios que justificam alguma preocupação, nomeadamente ao nível dos fornecimentos e serviços externos (+25,17% / +1,1 M€).
- Assim, nos fornecimentos e serviços externos, os desvios mais significativos registaram-se nos serviços especializados (+36,99% / +578 mil euros), nos MCD (+20,05% / +166 mil euros), nos MCT (+15,07% / +140 mil euros) e nas deslocações, estadas e transportes (+21,79% / +98 mil euros), decorrente do retomar da atividade neste trimestre face ao trimestre homólogo que foi bastante afetado pela crise pandémica.
- Nos CMVMC também se registou um desvio de 14,95% (+365 mil euros) face ao estimado para o período, essencialmente nas rubricas de reagentes e outros produtos farmacêuticos (+74,02% / +188 mil euros) e material de consumo clínico (+23,82% / +182 mil euros) devido aos gastos associados à Covid-19.
- No que se refere aos gastos com pessoal, globalmente o desvio da execução ascendeu aos 5,73% (+723 mil euros), com especial incidência no trabalho extraordinário (+34,64% / +447 mil euros), encargos sobre remunerações (+7,96% / +182 mil euros) e remunerações certas e permanentes (+1,85% / +145 mil euros), pelos motivos que indicaremos na evolução face ao período homólogo.
- Em termos homólogos (anexo II), os CMVMC registaram uma variação de 10,98% (+278 mil euros) que decorre essencialmente do efeito pandemia, com o principal incremento a incidir nos reagentes/outras produtos farmacêuticos (+83,2% / +201 mil euros), mas também temos crescimentos nos gastos com material de consumo clínico (+26,58% / +198 mil euros) com forte impacto do consumo

dos EPI (+78 mil euros em luvas; +34 mil euros em fatos de proteção; +17 mil euros em máscaras; +13 mil euros em batas; +11 mil euros em proteção de cano alto), no consumo hoteleiro (+43,28% / +8 mil euros) e na manutenção/conservação (+105,38% / +17 mil euros), ao invés dos medicamentos que apresentam uma redução de 9,99% (-149 mil euros), muito por força dos créditos recebidos da Indústria Farmacêutica, mas ainda como consequência da redução da atividade assistencial, nomeadamente da área hospitalar: -32,24% de doentes saídos no internamento; -37,42% nas urgências; -35,83% nas cirurgias; -17% nos partos; -29,25% nas sessões de hospital de dia. Em relação aos restantes armazéns, os principais aumentos verificam-se no material de manutenção e conservação (+105,38% / +17 mil euros) e no consumo hoteleiro (+43,28% / +8 mil euros) e decorrem igualmente das necessidades adicionais relacionadas com a pandemia.

- No que respeita aos FSE, verificou-se um incremento de 10,99% (+543 mil euros), tendo sido registadas previsões num total de 1,4 M€ (607 mil euros nos subcontratos e 826 mil euros nos restantes fornecimentos e serviços) baseadas na média da faturação do ano anterior e na faturação já recebida em 2021, por ainda não dispormos de toda a faturação nesta data, correspondendo a 26,1% do total dos gastos registados nestas rubricas. Tal facto, aliado às incertezas quanto à evolução da situação pandémica e às diferenças existentes entre meses homólogos no que respeita a medidas em vigor que influenciam de alguma forma a atividade registada, dificulta qualquer tipo de análise. Ainda assim, constata-se um incremento elevado nos Serviços Técnicos de Recursos Humanos (+49,5% / +263 mil euros) e nos Honorários (+75,9% / +126 mil euros). Pelo que, com a retoma da normalidade da atividade, os gastos em fornecimentos e serviços externos deverão continuar a crescer nos próximos meses.
- Quanto aos gastos com o pessoal, o montante processado supera o registado no ano anterior em 12,52% (+1,5 M€) e incide essencialmente nos abonos variáveis e eventuais (+39,58% / +783 mil euros, com o trabalho extraordinário a representar 625 mil euros desse aumento), mas também na remuneração base (+5,62% / +347 mil euros) e nos encargos sobre remunerações (+13,27% / +289 mil euros), devido, em larga escala, às novas contratações decorrentes da pandemia¹. Adicionalmente, de referir que continuamos a ter uma forte incidência de prestadores de serviços para darmos cobertura aos serviços de urgência, consulta externa e de outras áreas carenciadas de profissionais, com impacto em Serviços Técnicos de Recursos Humanos e Honorários (504 mil euros pagos² a prestadores médicos desde janeiro, correspondendo a 15.266 horas, contra os 543 mil euros pagos no ano anterior referentes a 17.575 horas).

¹ Até à data 176 contratações (das quais 23 já denunciadas); destas, 75 ainda em funções Covid e 78 convertidas ao abrigo do art.º 149.º do CT (dados revistos pelo SRH face ao reporte anterior).

² Nota: o mês de pagamento não corresponde ao mês em que foi prestado o serviço (algumas das horas pagas respeitam a trabalho realizado no ano anterior).



- No que respeita a outros gastos, os mais relevantes prendem-se com as amortizações que crescem 27,29% (+90 mil euros), mantendo-se a especialização mensal da previsão de amortizações, nomeadamente relativamente aos bens adquiridos após janeiro de 2016 e até outubro de 2019, num total de 240 mil euros neste período, por ainda estar pendente de conclusão o processo de integração/inventariação.
- Analisando a evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 7 do art.º 158.º do DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

Evolução dos Gastos Operacionais	1T 2021 Exec.	1T 2020 Exec.	2020/2021	
			Δ Absol.	Var. %
Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	12 526 873 €	11 114 106 €	1 412 767 €	12,71%
(i) Indemnizações pagas por rescisão	0 €	0 €	0 €	
(ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	19 879 €	191 398 €	-171 519 €	-89,61%
(iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	807 126 €	562 091 €	245 035 €	43,59%
Gastos com Deslocações (FSE)	18 761 €	21 358 €	-2 597 €	-12,16%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	16 214 €	15 756 €	458 €	2,91%
Gastos associados à frota automóvel	45 199 €	51 218 €	-6 019 €	-11,75%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	25 858 €	32 401 €	-6 543 €	-20,19%
Número Total de RH (OS + CD + Trabalhadores)	1461	1389	72	5,18%
N.º Órgãos Sociais (OS)	8	7	1	14,29%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	2	-1	-50,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1452	1380	72	5,22%
N.º Trabalhadores/N.º CD	1452	690	762	110,43%
N.º de viaturas	47	51	-4	-7,84%

Nota: em 2020 foram corrigidos os trabalhadores por estarem incorretos; foi ainda alterado o montante do ponto (iii) porque no cálculo das horas / encargos foram inseridos, também, os valores relativos a Noites e Suplementos.

- Aumento dos gastos com pessoal, pelos motivos já anteriormente descritos e pela existência de um maior número de colaboradores (+72);
- Quanto aos restantes encargos, existem reduções em todos eles, exceção feita com as ajudas de custo que apresentam um ligeiro aumento, embora tenhamos sempre de relativizar um pouco estes desvios pelos motivos expostos anteriormente (períodos homólogos diferentes devido à situação pandémica e previsões de faturação);
- A redução das viaturas deve-se a abates, o que explicará, em parte, a redução de encargos, para além da quebra na atividade.

B – Rendimentos e Ganhos

- Em termos totais (anexo III), a execução ficou abaixo da dotação mensualizada do período em 1,79% (-349 mil euros) que resulta essencialmente do desvio nas rubricas de prestações de serviços (-1,14% / -218 mil euros) e outros rendimentos e ganhos (-66,29% / -44 mil euros).
- Em termos homólogos (anexo IV) temos um acréscimo significativo nas prestações de serviços (+15,16% / +2,5 M€) pelo facto de em 2020 apenas se ter atualizado a previsão mensal a partir do mês de agosto (o montante do adiantamento sofreu uma atualização a partir de maio, mas só se refletiu nos rendimentos a partir do mês de agosto). Conforme referido na nota introdutória, o adiantamento do Contrato-Programa regista um aumento de 120 mil euros no corrente ano, mas entendemos não ser suficiente para conseguirmos diminuir a dívida nos próximos meses, já que este acréscimo é totalmente absorvido pelos encargos com pessoal.
- Ao nível das taxas verifica-se uma redução acentuada de 34,83% (-146 mil euros), com as taxas moderadoras e recuarem 33,83% (-139 mil euros), em parte relacionada com a atual situação de pandemia, mas também decorrente da eliminação da maioria das taxas ao nível dos cuidados de saúde primários devido às alterações legislativas ocorridas. Com o regresso de alguma normalidade, iremos retomar o processo de cobrança de taxas moderadoras em dívida através do SITAM no intuito de conseguirmos incrementar as receitas próprias no segundo trimestre.
- Em relação a outras entidades responsáveis temos uma diminuição de 42,14% (-52 mil euros) que se deve, uma vez mais, à redução da atividade não relacionada com a pandemia.
- Por fim, em outros rendimentos e ganhos, a redução de 26,62% (-8 mil euros) resulta de uma menor faturação registada relativamente a arrendamentos de espaços.

III – Recursos Humanos

A evolução dos recursos humanos na ULSCB durante o primeiro trimestre de 2021, comparativamente com o primeiro trimestre de 2020, identifica um substancial aumento do número de profissionais e naturalmente do respetivo mapa de pessoal.



Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB no 1º Trimestre de 2020/2021.

SRH	MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB						1º. TRIM				
	TOTAL GERAL 2020			TOTAL GERAL 2021			TOTAL GERAL ≠ 2020/2021			≠ 21/21	≠ 21/21
Carreira/Categoria	janeiro	fevereiro	março	janeiro	fevereiro	março	janeiro	fevereiro	março	jan/fev	fev/mar
Conselho Administração	6	6	4	3	3	6	-2	-2	1	2	2
Administrador Hospitalar	2	2	2	1	1	1	-1	-1	-1	0	0
Méd. Especialistas	169	161	160	167	156	166	-2	-6	-6	-2	-1
Méd. Grau Especialista	2	1	1	1	1	1	-1	0	0	0	0
Méd. IIM - Formação Especif.	46	46	46	46	45	46	0	-1	-1	-1	0
Méd. IIM - Formação Geral	30	30	30	33	32	32	3	2	2	-1	0
Téc. Superior Saúde	17	17	17	19	19	19	2	2	2	0	0
Téc. Superior	30	30	32	27	27	28	-3	-3	-4	1	1
Enfermagem	485	491	510	531	533	534	46	42	24	3	1
Téc. Diag. Terapêutica	77	77	83	100	102	101	23	25	18	1	-1
Informática	11	11	11	11	11	11	0	0	0	0	0
Educadora Infantil	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	174	174	174	176	174	173	1	0	-1	-2	-1
Assistente Operacional	285	282	315	353	358	352	68	76	37	-1	-6
TOTAL - Efectividade funções	1324	1328	1386	1458	1463	1458	134	135	72	0	-6
Pessoal fora da ULSCB	19	19	19	20	20	20	1	1	1	0	0
Pessoal Dentro de Out. Inst. *	17	17	16	14	15	15	-3	-2	-1	1	0
TOTAL GERAL ULSCB	1343	1347	1405	1478	1483	1478	135	136	73	0	-6

O ano de 2020, com particular acuidade no início do final de março, esteve exposto a todas as vicissitudes da situação de pandemia covid19. Este facto, determinou que perante a gravidade da doença, o ainda pouco conhecimento científico inicial existente e a sua evolução expectável, tivesse obrigado necessariamente à mobilização de profissionais existentes e disponíveis, tendo em conta a inexistência de profissionais suficientes na instituição para fazer face às mais variadas solicitações: garantir a eficácia na resposta e permitir a operacionalidade, a reestruturação de serviços e uma gestão atempada eficaz e focada no controlo eficiente da pandemia. Foi necessário, nomeadamente:

- Garantir o número de profissionais necessário nas diferentes áreas de intervenção;
- Proceder à duplicação de circuitos, criando corredores para doentes COVID e não COVID;
- Proceder à criação de áreas de atendimento próprias para doentes COVID (ADC);
- Ao alargamento de horários devido à necessidade de evitar aglomeração de pessoas e doentes e garantir o distanciamento social;
- Criar novos serviços e alargamento de outros existentes;
- Reforçar a limpeza e desinfeção das áreas de isolamento, superfícies e áreas de atendimento dos doentes, corredores e espaços dedicados, bem como, desinfeção assídua dos equipamentos, materiais e espaços da ULSCB;
- Proceder à descontaminação de material e equipamento e manuseamento seguro da roupa, e recolha segura dos resíduos.

Estes factores, a par da evolução do número de doentes atendidos, tratados e internados, implicaram que a realidade tivesse produzido uma alteração substancial relativamente ao período homólogo. As variações

mais significativas tiveram lugar nas carreiras mais diretamente vocacionadas para o atendimento e tratamento de doentes covid-19 e com as carreiras de apoio na prestação de cuidados: carreiras de enfermagem, assistente operacional e técnica superior de diagnóstico e terapêutica, a que, embora com significativa menor expressão, se somaram a carreira de assistente técnico e outras.

A área de diagnóstico e terapêutica na sua especialidade de análises clínicas foi particularmente exposta e vulnerável a essa necessidade, considerando a sua competência na colheita de material e realização dos testes COVID o que, inclusive, levou à necessidade de certificação do laboratório da ULSCB (para SARS-2) pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA).

Para além desta circunstância específica e excecional de intervenção na área de saúde pública, vários fatores têm contribuído ao longo dos anos para a evolução acrescida dos recursos Humanos.

É sobejamente conhecida,

- a) - A idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB (47 anos) mesmo contabilizando o pessoal mais novo em processo de formação, que influencia para baixo a idade média e a faz cair;
- b) - A existência no final de março/2021 de 101 profissionais com idade igual ou superior a 65 anos;
- c) - A existência no final de março/2021 de 169 profissionais com idade compreendida entre os 60 e 64 anos de idade;
- d) - O facto de o universo de profissionais do mapa de pessoal ser constituído maioritariamente por mulheres (1107) face ao número de homens (371), que por regra determina mais e maiores períodos de ausência ao trabalho, devido nomeadamente a questões relacionadas com a assistência familiar e maternidade;
- e) - Ausências por licenças e devido ao usufruto de direitos sociais.

Estes fatores combinados implicam uma elevada taxa de absentismo, devido a todas as inerências que tal condição naturalmente impõe, determinando longos períodos de afastamento do serviço.

Esta realidade é visível no seguinte quadro, onde sobressaem três grandes grupos em que as ausências são mais significativas, a que não será indiferente o facto de serem as carreiras com maior número de profissionais: médica, enfermagem e assistente operacional.

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE
Serviço de Recursos Humanos
(1º TRIMESTRE)
PESSOAL ACTIVO EM 31.03.2021 - 1.458 trabalhadores

01.01.2021 a 31.03.2021 - Dias Úteis

GRUPOS PROFISSIONAIS	PESSOAL ACTIVO	CASAMENTO (1)	PARENTALIDADE (2)	FALCIMENTO FAMILIAR (3)	DOENÇA (4)	ACIDENTE TRABALHO (5)	ABST. FAMILIAR (6)	TRAB. ESTUDANT. E (7)	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (8)	GREVE (10)	INJUSTIFICADAS (12)	ACT. SINDICAL (14)	COM. GRATUITA / FORMAÇÃO (16)	OUTRAS (17)	TOTAIS DIAS AUSÊNCIA	Média Faltas		% SITOTAL FALTAS ULSCB
																MEDIA DIAS CARREIRA	MEDIA SITOTAL TRAB-ULSCB	
Pessoal Médico (incl. Intermos)	233		396	19	428		34					406		53	1 338	6,73	0,92	23,95%
Técnico Superior de Saúde	19				25		3					6		4	38	2,00	0,03	0,68%
Pessoal de Enfermagem	534		600	77	711		135	32				8		213	1 778	3,33	1,22	31,83%
TSDT	101		146	10	151		10	2				1		99	419	4,16	0,29	7,51%
Pessoal de Informática	11			7	28		1					4			40	3,64	0,03	0,72%
Pessoal Docente	1														0	0,00	0,00	0,00%
Pessoal Dirigente (incl. Adm. Hosp.)	6														0	0,00	0,00	0,00%
Assistente Técnico	173			14	237		51					1		102	405	2,34	0,28	7,26%
Assistente Operacional	352			22	1 177		70							114	1 383	3,93	0,95	24,79%
Técnico Superior (RG)	28		107		70		1							4	182	6,50	0,12	3,26%
TOTAIS	1 458	0	1 249	149	2 827	0	305	34	0	0	0	426	0	589	5 579	3,83	3,83	100,00%
MÉDIA		0,00	0,86	0,10	1,94	0,00	0,21	0,02	0,00	0,00	0,00	0,29	0,00	0,40	3,83			

(*) Outras = Doação de sangue; Juris; Serv. oficiais; Cumprimento de obrigações; Meses eleitorais; Compensação serviço de urgência; Covid 19; Exames Int. Médico; Dispensas s/ efeitos remuneratórios

Importa também referir que, tendo em conta a idade, muitos trabalhadores sujeitos a avaliação do serviço de medicina do trabalho têm já indicação para a realização de trabalhos moderados, mantendo-se muitos deles em situação de inaptidão para o trabalho por períodos significativos de tempo e com limitações, a que acresce, no caso da carreira médica e no quadro legal, o facto de muitos médicos estarem dispensados da realização de trabalho noturno e ou de urgência.

Ainda fruto de direitos consagrados nas respetivas carreiras, existem um significativo número de horários de trabalho com carga horária semanal normal, que na prática estão limitados a uma carga horária semanal reduzida.

IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total em 31/03/2021 fixa-se nos 27,6 M€, contra os 27,1 M€ a 31/12/2020, e regista um acréscimo de 6,9 M€ face ao período homólogo. Os pagamentos em atraso aumentam 4,7 M€ e a dívida vencida cresce 6,1 M€, refletindo desta forma o agravar da situação em termos de prazo médio de pagamento (+23 dias), com uma antiguidade que chega nalguns fornecedores a cerca de um ano.

- Apesar do acréscimo já mencionado no adiantamento do Contrato-Programa (+120 mil euros), esta verba será insuficiente para permitir que a situação económico-financeira melhore nos próximos meses, ainda por mais sabendo que nos meses em que incidem os pagamentos dos subsídios de férias e de Natal (e respetivos descontos e contribuições) existe uma quebra acentuada nos pagamentos aos fornecedores. Com a agravante decorrente da pandemia, não será fácil conseguirmos diminuir gastos a curto prazo, contudo terão de ser feitos alguns ajustamentos no sentido de evitarmos estrangulamentos que, nalguns casos, podem comprometer o normal funcionamento da instituição devido à antiguidade da dívida, com prazos inoportunos para alguns fornecedores. Pelo que, para ser possível conter e/ou diminuir a atual dívida, terá de existir um reforço da dotação orçamental.
- De referir ainda que 5,6 M€ da dívida total correspondem a faturação da ARS do Centro recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida (4,6 M€) já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado seguimento ao aludido despacho.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), melhora substancialmente face ao período homólogo (-32 dias), o que decorre do aumento do volume de negócios (+2,3 M€) e da redução ocorrida na conta de clientes (ACSS - fecho dos Contratos-Programa de 2015 e 2016 e cobrança de faturas relativas a convenções Internacionais).

Período: janeiro a março

u.m. - euro

	2020	2021	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	20 706 431	27 601 562	6 895 132	33,30%
Dívida vincenda	5 507 354	6 249 095	741 741	13,47%
Dívida vencida	15 199 077	21 352 467	6 153 390	40,49%
Pagamentos em atraso	8 108 079	12 797 287	4 689 209	57,83%
PMP ponderado (dias)	137	160	23	16,74%
PMR (dias)	80	48	-32	-40,40%

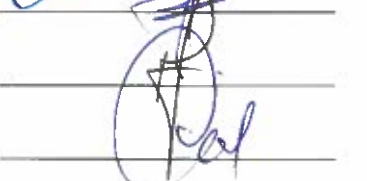
CONSIDERAÇÕES FINAIS

- No período em análise, registou-se um acentuado incremento da dívida, fruto dos gastos adicionais com pessoal (aumento de efetivos para fazer face à pandemia e do trabalho extraordinário) e bens e serviços (gastos com Serviços Técnicos de Recursos Humanos e Honorários), e pela falta de reforço do financiamento para dar cobertura aos mesmos.
- No próximo trimestre, a situação continuará a deteriorar-se pelo facto do 2º trimestre de 2020 ter apresentado uma quebra acentuada fruto da crise pandémica, o que não se verificou no corrente ano, para além da quebra nos pagamentos que incidirá no mês de junho, por altura do pagamento do subsídio de férias, e que levará a nova subida da dívida caso não exista qualquer reforço de financiamento.
- Com a manutenção da atual pandemia nos próximos meses, não será fácil conseguirmos diminuir gastos a curto prazo, embora tenham de ser feitos alguns ajustamentos no sentido de evitarmos estrangulamentos que, nalguns casos, podem comprometer o normal funcionamento da instituição devido à antiguidade da dívida, com prazos incomportáveis para alguns fornecedores

Castelo Branco, 26 de novembro de 2021

ULS - Castelo Branco
O Conselho de Administração

O Conselho de Administração



Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/03/2021

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	ORÇAMENTO MENSUALIZADO (2)	PROCESS. EM 31/03/2021 (3)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (3) - (2)	VARIAÇÃO RELATIVA (3) / (2)	EXECUÇÃO (3) / (1) em %
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONSUMO:	0					
61241	Produtos farmacêuticos	6 432 280	1 608 070	1 780 548	172 478	10,73%	27,68%
612411	Medicamentos	5 415 759	1 353 940	1 338 321	-15 619	-1,15%	24,71%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1 016 521	254 130	442 227	188 097	74,02%	43,50%
61242	Material de consumo clínico	3 047 827	761 957	943 491	181 534	23,82%	30,96%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	1 236	309	209	-100	-32,35%	16,91%
61243	Material consumo hoteleiro	116 670	29 168	28 061	-1 106	-3,79%	24,05%
61244	Material consumo administrativo	87 699	21 925	24 320	2 395	10,93%	27,73%
61245	Material manutenção/conservação	92 567	23 142	33 298	10 156	43,89%	35,97%
	Total da conta 61	9 778 279	2 444 570	2 809 927	365 357	14,95%	28,74%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:						
621	Subcontratos e concessões de serviços						
62111	Meios complementares diagnóstico	3 319 634	829 909	996 294	166 385	20,05%	30,01%
62112	Meios complementares terapêutica	3 722 212	930 553	1 070 816	140 263	15,07%	28,77%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	51 634	12 909	0	-12 909	-100,00%	
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	8 773	2 193	2 833	639	29,15%	32,29%
62115	Internamentos	292 513	73 128	115 551	42 423	58,01%	39,50%
62119	Outros subcontratos	43 553	10 888	22 841	11 953	109,78%	52,44%
622	Serviços especializados	6 254 226	1 563 557	2 141 891	578 334	36,99%	34,25%
623	Materiais de consumo	46 296	11 574	11 236	-338	-2,92%	24,27%
624	Energia e fluidos	1 093 925	273 481	315 292	41 811	15,29%	28,82%
625	Deslocações, estadas e transportes	1 789 863	447 466	544 979	97 514	21,79%	30,45%
626	Serviços diversos	913 819	228 455	265 994	37 539	16,43%	29,11%
	Total da conta 62	17 536 448	4 384 112	5 487 727	1 103 615	25,17%	31,29%
63	GASTOS COM O PESSOAL						
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	432 032	108 008	57 900	-50 108	-46,39%	13,40%
632	Remunerações do pessoal	40 410 764	10 102 691	10 767 242	664 551	6,58%	26,64%
6321	Remunerações certas e permanentes	31 445 689	7 861 422	8 006 590	145 168	1,85%	25,46%
63211	Remuneração base	25 760 791	6 440 198	6 518 629	78 431	1,22%	25,30%
63212	Subsídio de férias	2 262 134	565 534	596 590	31 056	5,49%	26,37%
63213	Subsídio de Natal	1 982 051	495 513	515 515	20 002	4,04%	26,01%
63215	Subsídio de refeição	1 437 545	359 386	375 885	16 498	4,59%	26,15%
6321xx	Outros	3 168	792	-28	-820	-103,51%	-0,88%
6322	Abonos variáveis e eventuais	8 965 075	2 241 269	2 760 651	519 383	23,17%	30,79%
632204	Trabalho extraordinário	5 165 577	1 291 394	1 738 711	447 317	34,64%	33,66%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1 898 616	474 654	510 938	36 284	7,64%	26,91%
6322xxx	Outros	1 900 882	475 221	511 003	35 783	7,53%	26,88%
633	Benefícios pós-emprego	0	0	310	310		
634	Indemnizações	3 043	761	1 068	307	40,33%	35,08%
635	Encargos sobre remunerações	9 148 015	2 287 004	2 469 099	182 095	7,96%	26,99%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	288 503	72 126	14 933	-57 193	-79,30%	5,18%
637	Gastos de ação social	150	38	0	-38	-100,00%	0,00%
638	Outros gastos com pessoal	15 729	3 932	2 682	-1 250	-31,79%	17,05%
639	Outros encargos sociais	224 708	56 177	40 645	-15 532	-27,65%	18,09%
	Total da conta 63	50 522 944	12 630 736	13 353 878	723 142	5,73%	26,43%
64	Gastos de depreciação e de amortização	1 834 545	458 636	420 965	-37 671	-8,21%	22,95%
65	Perdas por imparidade	334 013	83 503	0	-83 503	-100,00%	0,00%
67	Provisões do período	100 400	25 100	0	-25 100	-100,00%	0,00%
68	Outros gastos e perdas	316 993	79 248	9 778	-69 470	-87,66%	3,08%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	13 453	3 363	3 178	-185	-5,51%	23,62%
	TOTAL GERAL	80 437 075	20 109 269	22 085 453	1 976 184	9,83%	27,46%

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/03/2021

Código	Designação	PROCESS. EM 31/03/2020 (1)	PROCESS. EM 31/03/2021 (2)	Δ (2)-(1) EM VALORES	Δ (2)-(1) EM %
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONSUMO:				
61241	Produtos farmacêuticos	1 728 192	1 780 548	52 357	3,03%
612411	Medicamentos	1 486 798	1 338 321	-148 477	-9,99%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	241 394	442 227	200 834	83,20%
61242	Material de consumo clínico	745 373	943 491	198 118	26,58%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	328	209	-119	-36,22%
61243	Material consumo hoteleiro	19 585	28 061	8 477	43,28%
61244	Material consumo administrativo	22 296	24 320	2 024	9,08%
61245	Material manutenção/conservação	16 213	33 298	17 085	105,38%
	Total da conta 61	2 531 986	2 809 927	277 942	10,98%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	2 213 388	2 208 335	-5 053	-0,23%
62111	Meios complementares diagnóstico	1 163 907	996 294	-167 613	-14,40%
62112	Meios complementares terapêutica	935 651	1 070 816	135 165	14,45%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	0	0	
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	3 280	2 833	-447	-13,64%
62115	Internamentos	80 037	115 551	35 514	44,37%
62119	Outros subcontratos	30 513	22 841	-7 672	-25,14%
622	Serviços especializados	1 612 980	2 141 891	528 911	32,79%
623	Materiais de consumo	14 278	11 236	-3 042	-21,30%
624	Energia e fluidos	285 720	315 292	29 573	10,35%
625	Deslocações, estadas e transportes	579 185	544 979	-34 206	-5,91%
626	Serviços diversos	238 957	265 994	27 037	11,31%
	Total da conta 62	4 944 508	5 487 727	543 219	10,99%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	90 721	57 900	-32 821	-36,18%
632	Remunerações do pessoal	9 531 367	10 767 242	1 235 875	12,97%
6321	Remunerações certas e permanentes	7 553 580	8 006 590	453 011	6,00%
63211	Remuneração base	6 171 803	6 518 629	346 825	5,62%
63212	Subsídio de férias	539 285	596 590	57 305	10,63%
63213	Subsídio de Natal	497 138	515 515	18 377	3,70%
63215	Subsídio de refeição	344 666	375 885	31 219	9,06%
6321xx	Outros	688	-28	-716	-104,04%
6322	Abonos variáveis e eventuais	1 977 787,00	2 760 651	782 864	39,58%
632204	Trabalho extraordinário	1 113 479	1 738 711	625 232	56,15%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	439 408	510 938	71 530	16,28%
6322xxx	Outros	424 900	511 003	86 103	20,26%
633	Benefícios pós-emprego	310	310	0	0,00%
634	Indemnizações	652	1 068	416	63,81%
635	Encargos sobre remunerações	2 179 914	2 469 099	289 185	13,27%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	16 458	14 933	-1 525	-9,26%
637	Gastos de ação social	87	0	-87	
638	Outros gastos com pessoal	5 050	2 682	-2 367	-46,88%
639	Outros encargos sociais	43 037	40 645	-2 393	-5,56%
	Total da conta 63	11 867 595	13 353 878	1 486 282	12,52%
64	Gastos de depreciação e de amortização	330 719	420 965	90 246	27,29%
65	Perdas por imparidade	0	0	0	
67	Provisões do período	0	0	0	
68	Outros gastos e perdas	2 568	9 778	7 210	280,77%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	2 250	3 178	927	41,21%
	TOTAL GERAL	19 679 626	22 085 453	2 405 827	12,22%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/03/2021

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	ORÇAMENTO MENSUALIZADO (2)	PROCESS. EM 31/03/2021(3)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (3) - (2)	VARIAÇÃO RELATIVA (3) / (2)	EXECUÇÃO (3) / (1) em %
70	Impostos, contribuições e taxas						
704108	Taxas moderadoras	1 179 831	294 958	270 895	-24 063	-8,16%	22,96%
7041xx	Outras taxas	19 465	4 866	1 877	-2 990	-61,44%	9,64%
	Total da conta 70	1 199 296	299 824	272 771	-27 063	-9,02%	22,74%
72	Prestações de serviços e concessões						
7201164	Incentivos institucionais	4 476 080	1 119 020	1 866 105	747 085	66,76%	0,00%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	70 125 252	17 531 313	16 610 907	-920 406	-5,25%	23,69%
7201168	Internos	796 836	199 209	201 000	1 791	0,90%	25,22%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	0		0,00%
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	299 175	74 794	80 997	6 203	8,29%	27,07%
72013	Outras entidades responsáveis	494 123	123 531	70 891	-52 639	-42,61%	14,35%
7299	Outros serviços	0	0	0	0		0,00%
	Total da conta 72	76 191 466	19 047 867	18 829 900	-217 967	-1,14%	24,71%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	103 966	25 992	8 717	-17 274	-66,46%	8,38%
76	Reversões	169 280	42 320	0			
78	Outros rendimentos e ganhos	266 080	66 820	22 421	-44 099	-66,29%	8,43%
	TOTAL GERAL:	77 930 088	19 482 822	19 133 808	-348 714	-1,79%	24,55%

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/03/2021

Código	Designação	PROCESS. EM 31/03/2020 (1)	PROCESS. EM 31/03/2021 (2)	Δ (2)-(1) EM VALORES	Δ (2)-(1) EM %
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	409 413	270 895	-138 519	-33,83%
7041xx	Outras taxas	9 115	1 877	-7 238	-79,41%
	Total da conta 70	418 528	272 771	-145 757	-34,83%
72	Prestações de serviços e concessões				
7201164	Incentivos institucionais	961 650	1 866 105	904 455	94,05%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	15 065 871	16 610 907	1 545 036	10,26%
7201168	Internos	201 000	201 000	0	0,00%
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	0	80 997	80 997	0,00%
72013	Outras entidades responsáveis	122 527	70 891	-51 636	-42,14%
	Total da conta 72	16 351 048	18 829 900	2 478 851	15,16%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	13 600	8 717	-4 883	0,00%
78	Outros rendimentos e ganhos	30 552	22 421	-8 132	-26,62%
	TOTAL GERAL:	16 813 729	19 133 808	2 320 080	13,80%